

SUMÁRIO

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS SOBRE O MEIO AMBIENTE

Capítulo 1 – Constituição Federal	27
1. Competência legislativa	27
1.1. Federal	27
1.1.1. Potencial hidroenergético	27
1.1.2. Normas gerais sobre proibição à caça	28
1.1.3. Embarcações	29
1.1.4. “Sisnama” e autorização prévia do legislativo estadual	30
1.1.5. Normas gerais sobre licenciamento ambiental	31
1.1.6. Ambiente de trabalho x meio ambiente	32
1.2. Estadual	32
1.2.1. Águas subterrâneas	32
1.3. Municipal	33
1.3.1. Inconstitucionalidade formal e material	33
1.3.2. Competência municipal para legislar sobre meio ambiente	34
1.3.3. Proteção e defesa do meio ambiente	35
1.3.4. Proibir a produção e comercialização de <i>foie gras</i>	47
1.3.5. Proibir a soltura de fogos de artifício	48

1.4.	Concorrente	48
1.4.1.	Legislar sobre meio ambiente	48
1.4.2.	Controle da poluição	49
1.4.3.	Utilização de animais para testes da indústria cosmética	50
1.4.4.	Construção em áreas de proteção permanente	51
1.4.5.	Aplicação de multa conjunta e <i>bis in idem</i>	52
1.4.6.	Competência legislativa em pluralidade de matérias	52
1.4.7.	Contaminação oriunda de embalagem de agrotóxicos	53
1.4.8.	Construção civil em faixa litorânea	54
2.	Controle judicial das políticas públicas ambientais	54
3.	Conflito de interesse individual x coletivo	72
4.	Defesa do patrimônio cultural brasileiro	73
4.1.	Sítios arqueológicos	73
4.2.	Ritual religioso de matriz africana e sacrifício de animais	74
5.	“Vaquejada”	75
6.	“Brigas de galo”	76
7.	“Farra do boi”	78
8.	Terras quilombolas e de outras comunidades amazônicas	78
9.	Terras indígenas	80
9.1.	Estatuto jurídico-constitucional	80
9.2.	Empreendimento de mineração	81
Capítulo 2 - Legislação ambiental		82
1.	Conflito de leis no tempo	82
1.1.	Recepção constitucional	82
1.2.	Lei federal posterior em competência concorrente com Estado	83

1.3. Lei estadual posterior em competência concorrente com a União	84
1.4. Faixa de área <i>non aedificandi</i>	85
1.5. Derrogação em conflito de leis penais no tempo	86
2. Código florestal	86
2.1. <i>Tempus regit actum</i>	86
2.2. Medida provisória proibindo conversão de área florestal em agrícola	87
2.3. Restrição da atividade econômica	88
2.4. Reflorestamento e obrigação <i>propter rem</i>	89
2.5. Averbação de reserva florestal	91
2.6. Queima da palha da cana de açúcar	91

TÍTULO II

ASPECTOS JURÍDICOS DA POLUIÇÃO

Capítulo 1 - Resíduos sólidos	97
1. Domiciliares	97
2. Descarte de pneus usados	98
3. Carvão mineral	102
Capítulo 2 - Poluição sonora	104
Capítulo 3 - Poluição e padrão de medida de odor	105

TÍTULO III

ESTUDO E LICENCIAMENTO AMBIENTAIS

Capítulo 1 - Estudo de impacto ambiental	109
1. Obrigatoriedade	109
1.1. Área de florestamento e reflorestamento	109

1.2. Competência do CTNBIO	109
2. Relatório de impacto ambiental sobre crivo do poder legislativo	110
3. Parecer técnico sob crivo de conselho estadual do meio ambiente	111
Capítulo 2 – Consulta pública	111
1. Necessidade de conclusão de estudos técnicos	111
2. Obrigatoriedade	112
Capítulo 3 – Decreto com critérios para o licenciamento ambiental	114
Capítulo 4 – Extração de árvores e novo licenciamento	116
Capítulo 5 – Culturas renováveis	117
Capítulo 6 – Cumprimento das condicionantes da licença prévia	117
Capítulo 7 – Licitação para concessão florestal	118
Capítulo 8 – Vício no processo de licenciamento	128
Capítulo 9 – Revisão judicial de licença ambiental negada	129

TÍTULO IV

ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS E RECURSOS HÍDRICOS

Capítulo 1 – Área de preservação permanente	133
1. Margens de cursos d'água	133
1.1. Extensão da faixa não edificável	133
1.2. Patamar mínimo de proteção por Lei Municipal	134
2. Restinga	134
3. Área de preservação florestal e aquisição de imóvel	135
4. Incidência tributária	135
4.1. IPTU	135
4.2. ITR	137

Capítulo 2 – Reserva legal	138
1. Cadastro ambiental rural (CAR)	138
1.1. IRDR	138
1.2. Requisito para registro da sentença de usucapião	139
2. Desapropriação	140
3. Averbação de área florestal para retificação de registro de imóvel	141
4. Isenção tributária	142
Capítulo 3 – Unidade de conservação	143
1. Criação e modificação por ato diverso de lei	143
2. Medida provisória que diminui a proteção ao meio ambiente	145
Capítulo 4 – Área nuclear	146
1. Estação ecológica e IPTU	146
Capítulo 5 – Recursos hídricos	147
1. Política de gerenciamento e execução	147
2. Regime de tributação	151
3. Regime jurídico das águas subterrâneas	153

TÍTULO V

INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Capítulo 1 – Prescrição	157
1. Prazo	157
1.1. Quando aplicada pelo IBAMA	157
1.2. Quando aplicada por Estado federado	158
1.3. Na ausência de regra específica	159

2. Termo inicial	160
3. Causas de interrupção	161
Capítulo 2 - Prescrição intercorrente	162
Capítulo 3 - Decadência	163
1. Prazo	163
2. Termo inicial	164
2.1. Ilícito permanente ou continuado	164
2.2. Ilícito instantâneo	165
3. Interrupção	166
Capítulo 4 - Fiscalização ambiental	167
1. Competência	167
1.1. Omissão de Órgão Estadual	167
1.2. Polícia militar ambiental e auto de infração	168
1.3. Técnico ambiental	168
2. Participação de entidades civis na fiscalização	169
3. Gradação das penalidades administrativas	170
4. Taxas	170
4.1. Instituição por portaria	170
4.2. Controle e fiscalização ambiental (TCFA)	171
4.2.1. Competência da União e Estado x bitributação	171
4.2.2. Hipótese de incidência e base de cálculo	172
4.2.3. Sobre atividade da indústria de petróleo e gás	174
4.2.4. Empresas revendedoras de combustíveis	175
4.3. Para inspeção de importações e exportações pesqueiras	175

4.4. Guia de transporte	176
4.4.1. Produtos florestais	176
4.4.2. Plantas destinadas à exposições e feiras	176
4.5. Taxa florestal	176
5. Apreensão do produto ou instrumento da infração	178
5.1. Exclusividade e especificidade	178
5.2. Guia de autorização de transporte	179
5.2.1. Ausência	179
5.2.2. Inobservância dos limites	180
5.3. Guarda consigo de bem apreendido	180
5.4. Veículo apreendido objeto de locação	181
5.5. Doação de bem apreendido	181
6. Compensação ambiental	182
6.1. Princípio da legalidade e separação dos poderes	182
6.2. Dano ambiental x compensação ambiental	183
6.3. Compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM) ...	184
7. Nulidades do ato de infração ambiental	185
7.1. Participação do MPF	185
7.2. Designação prévia de servidor para fiscalização	186
7.3. Ciência ficta em intimação por diário oficial	186
8. Infrações em espécie	187
8.1. Queimadas ilegais	187
8.2. Pesca subaquática e arbalete	188
8.3. Lista dos “100 maiores desmatadores”	188
8.4. Desmatamento de vegetação ciliar	189

TÍTULO VI

RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO AMBIENTAL

PARTE GERAL

Capítulo 1 - Princípios do direito ambiental	193
1. Reservação e precaução	193
1.1. Respeito ao padrão internacional de segurança	193
1.2. Medidas de combate ao <i>aedes aegypti</i> sem estudo prévio de sua eficácia	194
1.3. Agrotóxicos	195
1.3.1. Necessidade de prévio registro em Órgão Federal	195
1.3.2. Autorização tácita de substâncias nocivas	196
1.4. Suspensão do período de defeso por ato do executivo	198
1.5. Inversão do ônus da prova	199
2. Reparação <i>in integrum</i>	200
3. Princípio do poluidor-pagador	201
Capítulo 2 - Tipos de responsabilização	202
1. Responsabilidade objetiva e teoria do risco integral	202
1.1. Aplicação	202
1.2. Excludente por culpa exclusiva de terceiro	207
2. Responsabilidade subjetiva	208
3. Responsabilidade solidária	208
3.1. Necessidade de litisconsórcio	208
3.2. Adquirente de imóvel	209
3.3. Estado-membro por omissão ilícita	210

Capítulo 3 – Prescrição	211
1. Reparação civil em face de dano ambiental	211
2. Ajuizamento de ação indenizatória por terceiro prejudicado	214
3. Dano pessoal decorrente de dano ambiental e acidente de consumo	215
4. Desapropriação	216
4.1. Indenização	216
4.2. Participação do MPF e desapropriação em estação ecológica	217
5. Desapropriação indireta	217
Capítulo 4 – Competência	221
1. Ação popular x ação individual	221
2. Ação civil pública e acidente de trabalho	221
Capítulo 5 – Tipos de ações judiciais	222
1. Ação individual	222
1.1. Legitimidade ativa	222
1.2. Efeitos da transação em litisconsórcio passivo	223
1.3. Limitação administrativa	223
1.4. Declaração de utilidade pública	225
2. Ação popular	225
3. Ação civil pública	226
3.1. Medida cautela preparatória	226
3.1.1. Indisponibilidade de bens	226
3.1.2. Construção de edificação na orla marítima	227
3.2. Possibilidade jurídica do pedido	227
3.2.1. Impedir continuidade de poluição em ribeirão	227
3.2.2. Exigir contratação de mais funcionários	228

3.3. Legitimidade ativa	228
3.3.1. MPF e zona de amortecimento de parque nacional	228
3.3.2. Ministério Público em caso de poluição sonora	229
3.3.3. Associação de moradores	229
3.3.4. IBAMA	230
3.4. Legitimidade passiva	231
3.4.1. Estado-membro	231
3.4.2. IBAMA	232
3.4.3. Adquirente de imóvel desmatado	232
3.5. Litisconsórcio	233
3.5.1. Necessário	233
3.5.2. Facultativo	234
3.6. Assistência litisconsorcial passiva	234
3.7. Denúnciação da lide	235
3.8. Pedidos	235
3.8.1. Cumulação	235
3.8.2. Princípio da adstrinção ou congruência	237
3.9. Dano moral e transindividualidade	238
3.10. Necessidade de comprovação do dano	238
Capítulo 6 - Honorários periciais	239
Capítulo 7 - Julgamento <i>extra e ultra petita</i>	241
Capítulo 8 - Distribuição do ônus de sucumbência	242
Capítulo 9 - Juros moratórios	243

PARTE ESPECIAL

Hipóteses de danos ambientais

Capítulo 1 - Vazamento de produtos químicos em rios	244
Capítulo 2 - Rejeito de minérios	245
Capítulo 3 - Danos a pescadores por acidente ambiental	245
1. Explosão de navio	245
2. Dano ambiental no período do seguro-defeso	246
3. Vazamento de amônia em rio	247
4. Vazamento de nafta em baía	249
Capítulo 4 - Contaminação ambiental por jazida de chumbo	252
Capítulo 5 - Rompimento de barragem	253
Capítulo 6 - Construção de hidroelétrica	254
Capítulo 7 - Não concessão de autorização para desmatamento ou queimada	258
Capítulo 8 - Privação do trabalho por dano ambiental	260
Capítulo 9 - Degradação ambiental e crateras como depósitos de lixo	261

TÍTULO VII

CRIMES AMBIENTAIS

PARTE GERAL

Capítulo 1 - Instituto da “justa causa”	265
1. Inquérito policial	265
2. Ação penal	266
2.1. Inundação	266

2.2. Irregularidade fiscal no transporte de produto de origem vegetal	267
2.3. Poluição por produtos químicos gasosos	267
2.4. Crimes societários e contra o meio-ambiente	268
2.5. Crime transeunte e necessidade de exame de corpo de delito	269

Capítulo 2 – Competência de julgamento 270

1. Funcional	270
1.1. Supremo Tribunal Federal	270
1.2. Justiça Federal	271
1.2.1. Definição da competência	271
1.2.2. Crimes transnacionais	272
1.2.3. Extração de cascalho	272
1.2.4. Transporte ilegal de madeira e apropriação indébita	274
1.2.5. Animal exótico	274
1.2.6. Corte de palmito em área de preservação permanente	275
1.2.7. Pesca predatória com petrecho não permitido	276
1.2.8. Pesca sem autorização em área adjacente à unidade de conservação federal	276
1.2.9. Crime contra a flora e potencial ofensivo	276
1.2.10. Concurso formal e diversos bens jurídicos protegidos	277
1.2.11. Descarte de resíduos sólidos em rio	278
1.2.12. Dano ao patrimônio cultural	278
1.3. Justiça estadual	280
1.3.1. Transporte de madeira sem autorização	280
1.3.2. Crime contra animal doméstico	281
1.3.3. Deságue de esgoto localizadas em área de proteção ambiental ...	281
1.3.4. Transporte de produto tóxico	282
1.3.5. Desmatamento Floresta Amazônica em propriedade particular ...	283
1.3.6. Mata Atlântica	283
1.3.7. Prescrição de crime federal conexo	285

1.3.8. Pesca na piracema com instrumentos proibidos x interesse da União	286
2. Territorial	287
2.1. Local da sede, agência ou sucursal	287
2.2. Criação de parque nacional em mais de um Estado federado	287
2.3. Porto marítimo, fluvial ou lacustre, local do dano	288
2.4. Madeira com transporte ilegal e local da apreensão	289
3. Pelo valor da causa	290
3.1. Limitações administrativas decorrentes do Decreto 750/1993	290
3.2. Corte de árvores vizinho à unidade de conservação	290
Capítulo 3 - Legitimidade <i>ad causam</i>	291
1. Ativa do Ministério Público	291
1.1. Termo de ajustamento de conduta (TAC)	291
1.2. Denúncia genérica	291
1.3. Aditamento da denúncia	293
2. Passiva	294
2.1. Da pessoa jurídica	294
2.2. Município	297
2.3. União Federal	298
Capítulo 4 - Conduta culposa na lei ambiental	299
 PARTE ESPECIAL	
Crimes contra o meio ambiente	
Capítulo 1 - Crimes contra a fauna	301
1. Princípio da insignificância	301
1.1. Ausência de dano efetivo ao bem jurídico tutelado	301
1.2. Pesca predatória em período de defeso	302

1.3. Pesca com apetrecho proibido e poucos quilos de peixe	303
1.4. Captura de quatro minhocaçus	304
1.5. Doze camarões em rede de pesca	304
2. Conceito da pesca	305
3. Crime de perigo	306
4. Posse irregular de animais	307
5. Maus-tratos de animais	307
5.1. Prescrição	307
5.2. Controle de zoonose e meio cruel	308
Capítulo 3 - Crimes contra a flora	309
1. Prescrição	309
2. Princípio da insignificância	310
3. Nexo de causalidade	312
4. Crime permanente	313
5. Denúncia sobre os mesmos fatos e constrangimento ilegal	315
6. Crime contra o meio ambiente x infração administrativa	315
7. Dano à unidades de conservação	316
8. Impedir ou dificultar a regeneração de florestas	317
9. Destoca	317
10. Construção de casebre	318
11. Edificação às margens de lago	319
12. Bosqueamento	320
Capítulo 4 - Poluição e outros crimes ambientais	320
1. Prescrição	320
2. Pessoa jurídica de direito privado	322

3. Atipicidade	323
4. Crime formal	324
5. Absorção de crimes	324
6. Crime de perigo abstrato	325
7. Necessidade de prova	325
8. <i>Mutatio libeli x emendatio libeli</i>	326
9. <i>Sursis</i> sob condição vexatória	327
10. Exploração de areia e ausência de licença do DNPM	327
11. Exploração de argila sem licença	328
Capítulo 5 - Crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural	328
1. Princípio da consunção	328
2. Sítio arqueológico	329
Capítulo 6 - Constrangimento ilegal	330

TÍTULO VIII

SÚMULAS AMBIENTAIS COMENTADAS DO STJ

1. STJ/Súmula 467

Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da administração pública de promover a execução da multa por infração ambiental. 333

2. STJ/SÚMULA 613

Não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental. 346

3. STJ/SÚMULA 618

A inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental. 348

4. STJ/SÚMULA 623

As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor. 350

5. STJ/SÚMULA 629

Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar. 353